



Bruxelas, 3 de fevereiro de 2017
(OR. en)

5740/17

EDUC 24
JEUN 11
SOC 53
EMPL 39

NOTA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
n.º doc. ant.:	5240/17 EDUC 8 JEUN 3 SOC 11 EMPL 7
Assunto:	O contributo da educação e da formação para a coesão social e a promoção dos valores europeus comuns no contexto do Semestre Europeu de 2017 – <i>Debate de orientação</i> (Debate público nos termos do artigo 8.º, n.º 2, do Regulamento Interno do Conselho [proposto pela Presidência])

Na sequência da consulta ao Comité da Educação, a Presidência elaborou o documento de reflexão em anexo, que é apresentado ao Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto) como base para o debate de orientação na reunião de 17 de fevereiro de 2017.

**O contributo da educação e da formação
para a coesão social e a promoção dos valores europeus comuns
no contexto do Semestre Europeu de 2017**

Documento de reflexão da Presidência

O presente debate de orientação constitui um dos debates temáticos que estão a ser realizados no âmbito do contributo do Conselho para o Semestre Europeu de 2017, sendo o tema geral da Presidência “reforçar o clima socioeconómico para uma Europa melhor”. O objetivo da Presidência é assegurar que todas as formações pertinentes do Conselho, como o Conselho (Educação), e as suas instâncias preparatórias contribuam para o debate do Conselho Europeu sobre o Semestre Europeu.

A Presidência considera que o Conselho (Educação) deverá centrar o seu contributo para o Semestre Europeu de 2017 na **coesão social e na promoção dos valores europeus comuns**. Essa é a razão pela qual a União Europeia (UE), após ter trazido ao continente europeu mais de meio século de paz, segurança e prosperidade, deve promover os valores fundamentais que reforçam a inclusão na diversidade.

Existem várias questões suscitadas por acontecimentos na Europa e no resto do mundo que geraram preocupação entre os cidadãos da UE e que devem ser objeto de atenção e de ação comum a nível da UE. Acontecimentos como as crises económica e da dívida de 2008 e 2009 deram origem a um desemprego persistente e a salários baixos, que afetaram negativamente os jovens e levaram a uma limitação do crescimento real dos salários. A atual instabilidade nos países vizinhos da Europa contribuiu para o aumento dos fluxos migratórios, uma ascensão das ideologias radicais, do extremismo violento, do terrorismo e de outras questões de segurança.

Há que ter igualmente em conta as recentes e futuras realidades políticas, tais como o resultado do referendo do Reino Unido sobre a saída da UE, o resultado das eleições nos Estados Unidos sobre as relações transatlânticas e a ascensão dos partidos populistas, que constituem uma preocupação comum para a UE e os seus Estados-Membros.

É, pois, crucial reexaminar e reiterar o facto de que a União Europeia assenta numa série de valores fundamentais que não devem ser encarados de ânimo leve nem tidos por um dado adquirido. Esses valores comuns e princípios gerais do direito, consagrados nos artigos 1.º a 3.º do Tratado da União Europeia (TUE), constituem a herança sociopolítica e cultural da Europa e definem quem somos e o que somos: uma União cada vez mais estreita entre cidadãos europeus baseada na unidade na diversidade. Por conseguinte, a política de educação tem um papel de primeiro plano a desempenhar na promoção da inclusão e do respeito pela diversidade na UE.

É necessário um novo e firme impulso para restabelecer a confiança no projeto europeu, em particular entre a geração mais jovem da Europa. Estes tempos difíceis devem ser transformados em oportunidades para criar uma Europa mais forte, mais coesa e social, que crie prosperidade económica e um sentimento de bem-estar para os nossos cidadãos de todas as faixas etárias, transformando-os em cidadãos da UE ativos e democráticos e com a possibilidade de receberem educação ao longo da vida.

As políticas de educação e formação dos Estados-Membros da UE devem proporcionar uma educação de elevada qualidade com oportunidades iguais para todos. Os cidadãos europeus devem ter acesso a uma educação de qualidade. Isso significa que os sistemas educativos devem basear-se numa sólida inclusividade, igualdade e equidade, e devem proporcionar as competências, os valores, as aptidões e a inovação (em particular a Agenda Digital) que são necessários para a empregabilidade e para a vida em geral. Estes fatores devem prevalecer em qualquer tipo de educação formal, informal e não formal e nos sistemas de aprendizagem, a começar pela educação e acolhimento na primeira infância, se o objetivo pretendido for marcar a diferença para os seus cidadãos, proporcionando uma rede de segurança contra a exclusão social.

Tal como estipulado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 4 da UNESCO relativo à garantia de uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa e à promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, bem como na recente Comunicação da Comissão Europeia intitulada “Melhorar e Modernizar o Ensino” (COM (2016) 941 final), é imperioso que todos os aprendentes adquiram uma educação de elevada qualidade, os conhecimentos e competências necessários para promover o desenvolvimento socioeconómico e a coesão social. As políticas de educação devem pois promover competências sociais e cívicas, a não discriminação, a inclusão social, o pensamento crítico, a literacia mediática, a compreensão intercultural, a tolerância da diversidade e a promoção de uma cultura da paz e da não violência, a cidadania global e a valorização da diversidade cultural, para além do contributo da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Na Europa, é necessário que haja um apoio mais individualizado aos jovens com necessidades diferentes e especiais e que correm um elevado risco de abandono escolar precoce e de precariedade social e económica. Temos também de construir pontes entre a educação formal e a aprendizagem informal e não formal. São igualmente relevantes e devem incentivar-se as iniciativas como o novo Corpo Europeu de Solidariedade para que os jovens adquiram competências e experiência através de atividades de voluntariado, os projetos locais financiados através do Erasmus+ e uma maior utilização das plataformas em linha e dos intercâmbios virtuais. Temos também de reafirmar a importância da mobilidade e dos projetos de gemação eletrónica (eTwinning) que promovem a cidadania europeia.

À luz do que precede, os ministros são convidados a proceder a um intercâmbio de opiniões e a partilhar experiências sobre as seguintes questões:

1. Reconsiderar os valores fundamentais da UE para construir uma Europa mais forte e mais coesa no plano socioeconómico: Todas as políticas de educação devem ser inclusivas e promover o respeito da diversidade na UE. No entanto, os recentes resultados do programa PISA de 2015 revelam o impacto negativo que as disparidades socioeconómicas estão a ter no nível educativo geral dos aprendentes. A melhoria do conjunto de competências educativas dos aprendentes marginalizados e dos trabalhadores através de uma educação e formação de qualidade terá um impacto significativo na redução dessas disparidades e na atenuação das desigualdades educativas. O que estão os Estados-Membros a fazer a este respeito?
2. Deixar para trás a mentalidade de “modelo único” nas políticas de educação e formação: São necessários mais currículos e programas adaptados às necessidades individuais, que promovam um apoio individualizado aos jovens com necessidades diferentes e especiais e que correm um elevado risco de abandono escolar precoce e, em última instância, de precariedade social e/ou económica. Os programas de educação e formação proporcionados pelos Estados-Membros podem ser melhorados através da definição de objetivos nacionais e europeus? De que forma estão os Estados-Membros a apoiar o desenvolvimento profissional contínuo dos professores, educadores e outro pessoal docente, nomeadamente as iniciativas com vista à partilha de experiências e abordagens para uma maior e melhor inclusão na diversidade?

A fim de dar a todos os ministros a oportunidade de participarem plenamente de forma interativa, contribuindo assim para um debate profícuo, as intervenções devem ser concisas e tão breves quanto possível, o que permitirá que os ministros intervenham mais do que uma vez, se necessário.

O objetivo da Presidência é enviar ao Conselho Europeu do próximo mês de março um relatório de síntese que saliente as principais mensagens resultantes dos trabalhos de todas as formações pertinentes do Conselho que contribuem para o Semestre Europeu de 2017.
